

---

# Anotações ao texto da *tabella defixionis* de Alcácer do Sal

AMÍLCAR GUERRA<sup>1</sup>

**R E S U M O** Visa-se contribuir para a compreensão de um excepcional documento epigráfico, aparecido na antiga *Salacia* e recentemente dado a conhecer. Apresentam-se novas propostas de leitura e tecem-se algumas considerações a respeito da sua interpretação. Analisam-se, por fim, as diferentes hipóteses de tradução desse notável texto.

**A B S T R A C T** This is a contribution for the understanding of an exceptional epigraphic document, appeared in ancient *Salacia* and recently published. New proposals of reading are presented and are some considerations are made regarding its interpretation. Finally, different hypotheses of translation of this notable text are presented.

Este contributo diz respeito a um monumento de extraordinária importância e de natureza excepcional recentemente dado a conhecer em diversas instâncias<sup>2</sup>. Trata-se do primeiro exemplar inequívoco de *tabella defixionis* encontrado em território actualmente português<sup>3</sup>, um tipo de documento bastante raro no contexto da epigrafia peninsular.

O texto, gravado com um fino estilete numa placa de chumbo, não é, de modo nenhum, de leitura evidente, especialmente por usar uma letra cursiva. Para além disso, contém inúmeras peculiaridades, para as quais não é possível encontrar paralelos próximos que ajudem a resolver as eventuais dúvidas sobre a sua interpretação. Constitui, sem dúvida, um documento epigráfico particularmente difícil. Compreende-se, por isso, que o seu editor tenha apresentado a sua publicação inicial como uma das lições possíveis.

Visa-se, com as observações que se seguem, aperfeiçoar a lição em causa. E porque esse objectivo se consegue com os contributos conjugados de vários investigadores, sugere-se aqui uma nova leitura, que beneficiou muito do trabalho exploratório de quem teve o mérito de publicar este importante texto e de enfrentar pela primeira vez as inúmeras dificuldades que encerra.

Sem pretender que constitua a solução final de todos os problemas do documento, apresenta-se uma proposta baseada num decalque<sup>4</sup> já editado anteriormente (Encarnação e Faria, 2002, p. 261), confirmada pela observação do monumento. Deste modo, fixou-se o texto seguinte:

Face A:

DOMINE · MEGARE  
 INVICTE · TV · QVI · ATTIDIS  
 CORPVS · ACCEPISTI · ACCIPIAS · COR  
 PVS · EIVS · QVI · MEAS · SARCINAS  
 SVPSTVLIT · QVI · ME · COMPILAVIT  
 DE · DOMO · HISPANI · ILLIVS · CORPVS  
 TIBI · ET · ANIMA · DO · DONO · VT · MEAS  
 RES · INVENIA · TVNC · TIBI · OSTIA

Face B:

QVADRIPEDE · DONE · ATTIS · VOVEO  
 SI · EV · FVRE · INVENERO · DOMNE  
 ATTIS · TE · ROGO · PER · TVM · NOCTVRNVM  
 VT · ME · QVAM · PRIMV · COMPOTE · FACIAS



As alterações aqui sugeridas baseiam-se nos seguintes argumentos:

1. Parece preferível, na última linha da Face A, a lição TVNC, por corresponder ao que se encontra gravado na placa, como de resto é assinalado no próprio decalque que acompanha uma das publicações iniciais (Encarnação e Faria, 2002, p. 261). Aí se coloca justamente um *punctum distinguens* entre o A e o T, que não deve ser deslocado, uma vez que o texto que daí resulta faz todo o sentido. A forma *inuenia* por *inueniam* é totalmente justificável, dado que uma das principais peculiaridades do documento é precisamente a redução do *m* final num número muito significativo de exemplos (*anima, quadrupede, eu, fure, primu, compote*). Ao contrário, aceitar uma lição *inueniat* implicaria admitir um equívoco na pessoa do verbo, um erro demasiado grosseiro para um falante de língua latina. Do ponto de vista da sua construção, a frase segue uma ordem contrária à lógica, dado que a expressão introduzida por *tunc* depende da condicional enunciada depois. Como se o devoto usasse a habilidade de apresentar em lugar relevante a promessa e só depois estabelecer a cláusula essencial do seu cumprimento.
2. O editor do texto não comenta a ocorrência *done*, embora a tradução leve a crer que, na sua interpretação, estaria por *dono*. Esta discrepância, que só deveria explicar-se por um erro de gravação, pode ser justificada de outro modo. Tendo em conta o facto de as invocações de Mégara e Átis se encontrarem associadas, nas outras circunstâncias, ao termo *domine* (no caso de Átis, a *domne*), parece preferível admitir que esta sequência corresponde a *do(mi)ne*, numa grafia que deveria representar a fonética da palavra na linguagem popular. A aproximação à oralidade neste tipo de documentos, é precisamente uma das suas características mais marcantes, chegando a assumir aspectos pouco habituais na língua latina. Para além de algumas particularidades bem evidentes nesta mesma epígrafe, é elucidativa, por exemplo, a grafia *dereditate* para representar *de (he)reditate*, tal como se regista num achado idêntico de Córdoba (Ventura Villanueva, 1996, p. 144-145; CIL II<sup>2</sup>/7 251a; HEp 7, 283)
3. Seguindo o próprio decalque publicado, que nos parece totalmente fiável, dever-se-ia ler, no início da linha 2 da Face B, SI EV FVRE em vez de SI EAS IVRE. Para tal há que ter especialmente em conta a paleografia habitual do F cursivo, representada também, e inequivocamente, na última palavra do texto. Esta alteração torna o texto mais compreensível e lógico, evitando as dificuldades causadas pelo termo *iure*.

Tendo em consideração o que foi dito, propõe-se a seguinte interpretação do documento:

*Domine Megare / Inuicte! Tu, qui Attidis / corpus accepisti, accipias cor/pus eius qui meas sarcinas / supstulit, qui me compilauit / de domo Hispani. Illius corpus / tibi et anima(m) do dono ut meas / res inuenuia(m). Tunc tibi ostia // quadrupede(m), Do(mi)ne Attis, uoueo, / si eu(m) fure(m) inuenero. Dom(i)ne / Attis, te rogo per tu(u)m Nocturnum / ut me quam primu(m) compote(m) facias.*

“Ó Senhora Mégara Invicta! Tu, que recebeste o corpo de Átis, digna-te receber o corpo daquele que levou as minhas bagagens, que mas roubou da casa de Hispano. Ofereço-te como dádiva o corpo e alma daquele para que eu encontre as minhas coisas. Se vier a encontrar esse ladrão, então prometo-te, ó Senhor Átis, um quadrúpede como vítima. Ó Senhor Átis, rogo-te, pelo teu Nocturno, que faças com que eu as obtenha quanto antes.”

Para além dos problemas mais estritamente respeitantes à leitura, subsistem outras dúvidas, a nível da tradução do texto, criadas pela existência de situações manifestamente ambíguas.

4. Como já tinha sido assinalado (Encarnação e Faria, 2002, p. 262), o termo *Hispani* permite considerar várias possibilidades, uma vez que poderia corresponder a um antropónimo ou a uma designação de origem. Aqueles autores optaram pela primeira hipótese, tomando esse termo como um determinativo de *domo*. Deste modo, o sentido do texto levou a pressupor uma situação muito particular de roubo realizado na casa de outrem. Deve ponderar-se também a possibilidade, muito natural, de o roubo de bens ter ocorrido na sua própria casa, circunstância que o texto permite considerar, em alternativa, uma vez que a falta de uma pontuação inequívoca pode dar fundamento a esta interpretação substancialmente diferente. Neste caso, o termo *Hispani* deveria ligar-se a *illius* e ser preferencialmente interpretado como um indicador de origem. Esta hipótese compreende-se perfeitamente neste tipo de manifestações: o lesado, na falta de uma indicação mais precisa, apontaria às divindades infernais o único elemento tido como seguro para a sua identificação, ainda que fosse manifestamente vago.

A aceitar-se esta perspectiva, o passo correspondente aos dois períodos afectados poder-se-ia traduzir do seguinte modo: “Tu, que recebeste o corpo de Átis, digna-te receber o corpo daquele que levou as minhas bagagens, que de casa mas roubou. Ofereço-te como dádiva o corpo e alma daquele hispano para que eu encontre as minhas coisas”.

5. Por fim, o termo *compos* remete para a obtenção de um bem que se deseja possuir. Poderia apontar, como já foi justamente salientado, para os bens roubados (Encarnação e Faria, 2002, p. 262). Todavia, dada a sequência do texto, não seria de excluir a possibilidade de estar contemplada a ideia de que o autor desta invocação infernal visa obter, de facto, o próprio ladrão, referido em último lugar; ou, em última análise, ambos.

Este contributo visou unicamente análise do próprio texto epigráfico. Guarda-se para outra oportunidade a análise do seu enquadramento histórico-cultural, vertente que, pela excepcional riqueza do documento, merece um estudo aprofundado.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> Centro de Arqueologia – Faculdade de Letras  
Alameda da Universidade  
1600-214 Lisboa  
email: amilcarguerra@mail.doc.fl.ul.pt.

<sup>2</sup> O monumento, pela primeira vez apresentado à comunidade científica no XIV Convegno di Studio “L’Africa romana” (Encarnação, 2002a), foi igualmente dado a conhecer numa revista nacional (Encarnação, 2002b, p. 422-424) e no catálogo

da exposição “Religiões da Lusitânia” (Encarnação e Faria, 2002, p. 259-263, conteúdo reproduzido em Faria, 2002, p.105-111).

<sup>3</sup> Tem-se considerado a hipótese de uma inscrição de Alcoitão (Cascais), gravada num bloco prismático, corresponder igualmente a uma epígrafe de natureza similar (Encarnação, 2001, p. 33).

<sup>4</sup> Este trabalho, de grande fiabilidade, foi realizado por Helena de Figueiredo, do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

---

**BIBLIOGRAFIA**

- ENCARNAÇÃO, J. d' (2001) - *Roteiro epigráfico romano de Cascais*. 2.<sup>a</sup> edição revista e aumentada. Cascais: Câmara Municipal.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2002a) - *Salacia et l'Afrique à l'époque impériale*. In *L'Africa romana. Atti del XIV convegno di studio (Sassari, 7-10 dicembre 2000)*. Roma: Carocci, p. 1499-1506.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2002b) - Varia de archaeologia. *Humanitas*. Coimbra. 54, p. 421-424.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; FARIA, J. C. (2002) - O santuário romano e a *defixio* de Alcácer do Sal. In *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 259-263.
- FARIA, J. C. (2002) - *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Lisboa: Colibri – Câmara Municipal de Alcácer.
- VENTURA VILLANUEVA, Á. (1996) - Magia en la Córdoba romana. *Anales de Arqueología Cordobesa*. Córdoba. 7, p. 141-162.

